

Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Concelho de Guimarães*

Ana Silvia Volpi Scott**

A partir do estudo de uma comunidade minhota, examina-se a questão da industrialização e da emigração em Portugal no último quartel do século XIX, procurando-se colocar em evidência que nem sempre os modelos gerais produzidos para privilegiar a perspectiva nacional são adequados para a análise da repercussão desses fenômenos ao nível local e regional. O estudo de uma comunidade do noroeste português foi o ponto de partida para questionar-se a situação particular de uma comunidade que, à primeira vista, marcharia na contracorrente nacional. Embora o país como um todo apresentasse taxas de emigração crescentes, a comunidade estudada apresentou tendência contrária. Entender como e por que isso ocorreu é o que pretende este artigo.

Entre os temas mais aliciantes vinculados ao estudo da população e da família sobressaem aqueles que procuram compreender como as mudanças sociais, econômicas e políticas mais amplas que ocorrem em um determinado país podem atingir as pequenas comunidades que estão muito longe das esferas de poder e dos centros de decisão.

No caso português, é importante refletir sobre como as mudanças que ocorreram no último quartel do século XIX repercutiram (se repercutiram) na vida cotidiana de populações rurais e até que ponto propiciaram transformações nos seus modos e estratégias de reprodução biológica e social.

No que diz respeito às transformações pelas quais passava Portugal no período do chamado Liberalismo (1807-1890) e aos questionamentos que se colocam aos estudiosos do século XIX português, estes podem ser avaliados pelas publicações de caráter mais geral, das quais se destaca a obra dirigida por José Mattoso, especial-

mente o volume coordenado por Luís R. Torgal e João L. Roque (1993), que trata do período em questão. Desde logo, os autores explicitam que o objetivo daquele tomo era o de apresentar o estado das artes das pesquisas sobre o Portugal dos Oitocentos (Torgal e Roque, 1993, p. 12).

O objetivo deste artigo é, partindo deste “ponto da situação” geral, abordar a problemática da industrialização e do aumento maciço da emigração nas décadas finais do século XIX e analisar os seus reflexos numa pequena comunidade minhota, chamada São Tiago de Ronfe, localizada no Concelho de Guimarães, região noroeste de Portugal.

Na citada obra sobre a história de Portugal encontramos o artigo de J. Amado Mendes (1993), que trata do primeiro problema que nos interessa, a questão da industrialização portuguesa, discorrendo sobre as etapas e os limites da mesma.

O autor apresenta uma periodização que divide o século XIX em quatro momentos no que diz respeito à industria-

* Este trabalho foi originalmente apresentado nas Jornadas do NEPS – População e Sociedade, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal, 25 a 27 de novembro de 1999.

** Pesquisadora visitante do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora titular da Universidade do Grande ABC (UNIABC), Santo André, SP.

lização. O primeiro corresponderia aos anos de 1807 a 1820 e caracterizar-se-ia como o momento da decadência da pré-indústria e prenúncio da industrialização; o segundo período, situado entre os anos de 1820 a 1851, teria sido marcado pelas tentativas de industrialização; na seqüência, o terceiro momento (1851 a 1870) apresentaria progressos moderados na indústria; finalmente, entre 1870 e 1890 teríamos a quarta e última etapa desse processo, quando, segundo Amado Mendes (1993), a industrialização já se encontraria em andamento: “[...] após o lançamento dos primeiros alicerces (1851-1870) a industrialização vai prosseguir a ritmo mais acelerado, como tem vindo a ser revelado por alguns estudos. Não parece, pois, poder continuar a aceitar-se que [...] a indústria, o comércio e a agricultura de Portugal não apresentam inovações.” (Mendes, 1993, p. 363-364).

Mais à frente, o autor aponta a necessidade de se produzirem monografias sobre questões pertinentes à industrialização devidamente enquadradas – geográfica e cronologicamente –, abrangendo os diversos ramos industriais (Mendes, 1993, p. 365). A análise da comunidade de São Tiago de Ronfe procurará, pois, responder a esta necessidade apontada pelo autor.

No que concerne ao problema da emigração, o artigo de Rui Cascão, ainda no mesmo volume da *História de Portugal*, apresenta alguns indicadores sobre a demografia portuguesa no século XIX. Segundo este autor, o fluxo emigratório entre 1855 e 1890 teria subtraído um contingente de mais de 400 mil portugueses, que teriam deixado o país legalmente, além de uma cifra entre 10% a 13% de emigrantes ilegais. Essa onda emigratória teria sido, pois, um dos fatores inibidores do crescimento da população portuguesa (Cascão, 1993, p. 425).

Cascão define o fenômeno emigratório como tipicamente masculino, incidindo diretamente sobre a população jovem e mais apta, sendo mais intenso na região de Entre Douro e Minho, na Beira Litoral, nos distritos de Viseu e Lisboa e nas ilhas.

Afirma ainda que, na década de 1880, cerca de metade dos emigrantes provinha do setor agrícola (lavradores e jornaleiros); aproximadamente 10% dedicavam-se a atividades comerciais; cerca de um quinto era oriundo da construção civil, sendo os restantes de diversas profissões e ocupações. Pelo menos 85% desses emigrantes se dirigiram ao Brasil.

Considerando este contexto mais amplo de Portugal no final do século XIX, caracterizado por um processo de industrialização em andamento e pela explosão da emigração, procurei investigar se aquela comunidade foi afetada pela conjuntura socioeconômica mais geral e, em caso afirmativo, até que ponto estes fatores exógenos teriam gerado respostas específicas da comunidade.

O estudo de uma comunidade inserida numa zona de industrialização e emigração, como o Baixo Minho, demonstrou ser um manancial rico de indagações sobre esta problemática. A partir de uma análise aprofundada da população e da família ao longo de dois séculos (XVII e XIX), foi possível tocar em questões importantes relacionadas à conjuntura nacional e regional do final dos Oitocentos, como, por exemplo, o modo como a comunidade agia, interagira e reagia em função de toda a problemática gerada pelos avanços e recuos da industrialização e pelo crescimento da emigração em quase todos os distritos do país.

A comunidade escolhida, São Tiago de Ronfe, à primeira vista não parecia ser diferente das demais freguesias do noroeste português. Pertencia a uma região historicamente marcada por uma forte emigração masculina, com formas de acesso ao casamento bastante restritas, simbolizadas pelas elevadas idades médias de acesso ao primeiro casamento e pelo significativo celibato definitivo, bem como pelas altas taxas de ilegitimidade.

Outro traço distintivo da região eram as práticas de herança vigentes, que permitiam o favorecimento de um dos herdeiros em detrimento de outros co-herdeiros. São Tiago de Ronfe enquadrava-se, portanto, neste padrão regional demográfico e familiar.

A economia local estava voltada para a exploração agrícola e a principal produção era o milho. A terra estava dividida em porções muito pequenas, e não era raro que alguns proprietários tivessem dois ou mais pedaços separados de terra. Apesar da considerável produção de milho, que contribuiu para cessar as fomes periódicas que haviam assolado a região, a equação que contrabalançava a disponibilidade da terra, os recursos e o crescimento da população repousava num equilíbrio muito tênue e delicado, mantido por meio da evasão constante dos excedentes populacionais via emigração.

Entretanto, percebemos um traço específico naquela comunidade presente, de resto, em muitas outras freguesias do Baixo Minho: o tradicional artesanato do linho. Esta atividade remontava aos séculos anteriores e constituía-se num fator de melhoria da qualidade de vida da população, pela diversificação das fontes de subsistência dos agregados domésticos.

A sazonalidade do trabalho agrícola, que era a base daquelas comunidades, permitia o uso da mão-de-obra desnecessária ou ociosa em determinados períodos do ano. Quando as tarefas na agricultura não eram tão pesadas, era possível empregar a mão-de-obra, principalmente feminina, no artesanato do linho.

A exemplo do que ocorria na economia do país, na segunda metade do século XIX também a região de Guimarães passou por um período de mudanças econômicas importantes. Registrou-se a substituição do linho pelo algodão como principal matéria-prima, fato que acarretou transformações importantes no interior das famílias e da própria comunidade.

Fora de Portugal, a análise das transformações ocorridas nos comportamentos das populações a partir dos processos de industrialização conta com importantes trabalhos e com uma

bibliografia extensa, principalmente para o caso inglês¹.

O conhecimento produzido neste campo para o caso português ainda é restrito, e a maioria dos estudos de população está mais voltada para períodos anteriores ao século XIX. Entretanto, num artigo publicado há alguns anos sobre a indústria têxtil no vale do rio Ave (onde se insere a comunidade analisada), toca-se na questão da “demografia da industrialização” e admite-se que “apenas uma meticulosa reconstrução demográfica das freguesias têxteis e não-têxteis, coadjuvada pela história climática, das doenças, costumes agrícolas e mercados têxteis, poderia mostrar em que medida a população do Ave alterou seus comportamentos demográficos” (Ingerson, 1982, p. 1.476).

Parece-me que a partir do conjunto de fontes e do instrumental metodológico disponível para a região do Baixo Minho os investigadores que trabalham com a história da população e com a demografia histórica desta região teriam muitas e importantes contribuições a dar a esta problemática².

Meu intuito aqui é apresentar os dados obtidos a partir do estudo de uma comunidade que obedece os critérios sugeridos por Ingerson (de reconstrução demográfica meticulosa) e refletir sobre como os fenômenos da emigração e da industrialização foram absorvidos pela população analisada e como propiciaram mudanças comportamentais importantes.

Se tomarmos os indicadores demográficos da freguesia de São Tiago de Ronfe, como, por exemplo, a idade ao primeiro casamento, o celibato e a ilegitimidade, fica claro que alguma coisa estava acontecendo com os habitantes dessa comunidade no último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX. Mais ainda, encontramos diferenças importantes na distribuição dos efetivos masculinos e femininos e na organização do agregado doméstico.

¹ Veja, por exemplo, Schellekens (1997), bem como todas as referências citadas ao longo do trabalho.

² Embora alguns trabalhos produzidos no âmbito do Programa de Mestrado em História das Populações da Universidade do Minho tenham analisado freguesias que tiveram uma atividade têxtil importante, esta problemática da “demografia da industrialização” não foi tratada com a profundidade necessária, de acordo com a perspectiva que aqui nos interessa. Veja, por exemplo, Salgado (1996) e Janeiro (1997).

Sobre este último aspecto, e apenas para citar algumas dessas transformações, chamo a atenção para a razão entre os sexos, que passou de 66,7 homens para cada cem mulheres, em 1740, para algo em torno de 86,8 no final do século XIX. Da mesma forma, a organização interna dos agregados domésticos também apresentou mudanças significativas. Se na primeira metade do século XVIII as mulheres chefiavam 36% dos domicílios, no final do século XIX as mulheres que ocupavam a posição de chefia do agregado eram apenas 21%. Se considerarmos, entretanto, somente os agregados chefiados por *mulheres solteiras*, encontramos em torno de 20% em meados do século XVIII. Na virada para o século XX os agregados chefiados por mulheres solteiras somavam apenas 7% do total.

No tocante aos indicadores demográficos referidos, encontramos, também neles, um reforço à hipótese de mudanças profundas no interior da comunidade. A idade média ao casar para as mulheres no início do século XVIII estava em torno dos 27,5 anos, ao passo que nas décadas iniciais do século XX (1900-1930) era de 26,1 anos. Para os homens registrou-se uma queda ainda mais acentuada, de 30,5 anos para 27,9 anos. O celibato apresentou também um declínio tanto para homens como para mulheres: para os homens caiu de 11,8 para 4,3; para as mulheres a queda foi de 26,0 para 10,3.

A ilegitimidade, que constituía um traço característico da região e daquela comunidade, pelo menos desde o início do século XVII, é mais um indicador das mudanças profundas que afetaram São Tiago de Ronfe. Partimos de índices em torno de 17%, no início dos Setecentos, para chegar, ao final dos Oitocentos, a uma taxa de apenas 6%. De forma contrária, a fecundidade matrimonial não apresentou queda significativa.

Para a construção de um quadro referencial mais amplo sobre a freguesia, retomarei aqui algumas das conclusões sobre a família e a vida familiar dos habitantes de São Tiago de Ronfe (Scott, 1999) para podermos discutir, na

seqüência, a importância da emigração e da industrialização nas mudanças ocorridas.

O acesso muito restrito ao casamento, os padrões de herança que tradicionalmente encorajavam o favorecimento de herdeiros, o desequilíbrio entre os sexos causado pela forte emigração masculina, a impossibilidade de aumentar os recursos além dos limites existentes (a terra principalmente), todos estes fatores, somados, impunham obstáculos à formação da "família ideal", isto é, aquela formada sob a égide das normativas emanadas a partir do Concílio Tridentino. Portanto, sob estas condições adversas a população foi obrigada a criar estratégias e mecanismos específicos para ultrapassar esses obstáculos.

Homens e, principalmente, as mulheres que permaneciam na comunidade e que não tinham acesso ao casamento legítimo foram obrigados a encontrar outros arranjos, escolhendo ou sendo impelidos a formar aquilo que definimos como a "família possível", quando o casamento legítimo estava além das suas possibilidades.

Numa comunidade onde a riqueza era escassa, onde o acesso à terra estava longe de ser geral, onde muito poucos indivíduos possuíam outros tipos de bens (por exemplo, a posse do gado era muito restrita: apenas 8% dos indivíduos possuíam uma junta de bois em 1782), onde apenas pouco mais de 10% dos homens poderiam votar (segundo o recenseamento eleitoral de 1857), está claro que a desigualdade estava profundamente enraizada na sociedade e seria refletida nas oportunidades para se formar uma família.

Ficou claro que, num contexto de diferenciação social tão marcado, a família teve de desempenhar funções diferentes em cada grupo social, e cada grupo empregou estratégias específicas de reprodução. Contudo, não só as funções eram profundamente diferenciadas, mas também a própria família assumia múltiplas configurações, desdobrando-se num espectro bastante amplo que poderia incluir desde o casamento legitimado pela Igreja e pela sociedade, passando por uniões

consensuais estáveis, através do concubinato, famílias monoparentais, formadas por mulheres solteiras e seus filhos naturais, até mesmo intercursos amorosos breves.

Estes variados tipos de arranjos familiares, estas diferentes “formas de união” impunham diferentes estratégias e modos de reprodução social³.

Quando, finalmente, as mudanças ao nível econômico aceleraram-se, em decorrência do desenvolvimento da manufatura de algodão, no último quartel do século XIX, outras oportunidades de trabalho apareceram e acabaram por propiciar mudanças em outros níveis. Apontemos algumas.

A primeira e mais importante delas foi a possibilidade de a população masculina permanecer na sua terra natal ao invés de optar pela emigração. Testemunhamos um decréscimo sensível das saídas de efetivos de população natural ou residente durante o século XIX. No ano de 1820, cerca de 16% dos habitantes da freguesia eram dados como ausentes pelo pároco no rol da desobriga. Oitenta anos mais tarde, no ano de 1900, eram apenas 1,8% os habitantes dados como ausentes.

O problema que se coloca é conhecer o destino desses ausentes. Em algumas ocasiões essas informações foram reveladas pelo pároco da freguesia nos próprios róis de confessados. Mas este dado apareceu muito raramente. Por outro lado, os destinos que eram escolhidos para os habitantes de São Tiago de Ronfe puderam ser vislumbrados por meio da análise da coleção de Licenças Matrimoniais depositadas no Arquivo Paroquial, que cobrem os anos 1780-1892.

Estas indicações sobre as ausências dos fregueses que constam das licenças matrimoniais estavam inseridas nas

normativas das Constituições Sinodais do Arcebispado. Tais normativas exigiam que os párocos solicitassem dispensa das ausências para aqueles que tivessem ficado fora da sua freguesia por um período superior a dois meses e que tivessem regressado com o propósito de se casar na Igreja Paroquial da freguesia⁴. O pároco de Ronfe, ao registrar as licenças matrimoniais daqueles que lá se casavam, citou inúmeras vezes o local (ou locais) para onde os paroquianos haviam se deslocado. Uma análise, ainda que precária, destas informações, devido à sua irregularidade, mostrou que, na maioria dos casos para os quais conhecemos os destinos dos indivíduos, eles estiveram radicados em freguesias pertencentes ao Concelho de Guimarães. Encontramos poucas referências a deslocamentos para localidades mais distantes, como o Bispado e a cidade do Porto (em seis oportunidades), Lisboa (uma oportunidade) e Brasil (duas oportunidades). Fora destes casos, sobressaíram as saídas para freguesias do concelho vizinho de Vila Nova de Famalicão, especialmente nas freguesias limítrofes ou muito próximas a Ronfe, como São Pedro de Pedome, Santa Marinha de Mogege e Salvador de Joane⁵.

Estes dados apontam claramente que os indivíduos que retornavam à freguesia de origem para se casar haviam se deslocado para localidades que não distavam muito do epicentro constituído pela freguesia de São Tiago de Ronfe.

No geral, em 60% dos casos as saídas se davam no próprio Concelho de Guimarães, ou no concelho vizinho de Famalicão. Os destinos mais longínquos como o Porto, Lisboa e mesmo o além-mar representavam menos que 7% dos locais referidos nas Licenças Matrimoniais de São Tiago de Ronfe. Isto nos leva a aceitar que

³ Veja Scott (1999, especialmente partes V e VI).

⁴ Nas Constituições Sinodais de Braga, publicadas no ano de 1697 por D. João de Souza, entre as vinte constituições devotadas ao casamento, os articulados nas Constituições III e XIII, que regiam a questão das denúncias, banhos e matrimônios dos vagabundos, estrangeiros e pessoas de fora do arcebispado, estabeleceram-se os procedimentos a serem observados naqueles casos. No caso de noivos de paróquias diferentes, obrigava-se que os banhos fossem corridos em ambas as paróquias simultaneamente, bem como a necessária licença para os paroquianos que quisessem se casar tendo estado ausentes da freguesia por um período superior a dois meses, o que comprovaria que estavam livres para se receberem.

⁵ Mais adiante faremos uma reflexão sobre estes que saíram para locais mais distantes.

uma parte significativa da mobilidade que afetava esta população era uma *mobilidade à pequena distância*⁶. De qualquer modo, um fato que não se pode contestar é a queda brutal da cota de indivíduos ausentes, independentemente do destino.

Outra mudança detectada é a entrada de elementos externos à comunidade, isto é, não só os habitantes da freguesia deixaram de emigrar, como também se verificou a entrada de contingentes populacionais de fora da paróquia, estimados através dos registos de casamento.

São Tiago de Ronfe tinha uma posição geográfica que a colocava no entroncamento de caminhos e estradas importantes, ao nível local e do concelho. Este fator, aliado à evolução econômica específica da freguesia, permitiu que, desde a segunda metade do século XVII até a virada para o século XX, fossem registradas percentagens cada vez mais expressivas de indivíduos que, de fora de seus limites, para lá vieram com o intuito de casar. De forma inversamente proporcional, o peso dos casamentos que reuniam cônjuges naturais da freguesia foi diminuindo.

Os nubentes estranhos à freguesia aumentaram a sua participação no montante total de casamentos realizados na igreja de São Tiago de Ronfe: se antes representavam aproximadamente um quinto do total, nas primeiras décadas do século XX já eram mais de 40% do total. Este é mais um indicador da atração que a freguesia representava no nível local.

Atraía igualmente indivíduos do sexo masculino e feminino. Aliás, enquanto a atração para o sexo masculino parece abrandar-se com o passar do tempo, o número de mulheres naturais de outras freguesias que vinham casar em São Tiago de Ronfe manteve um ritmo de crescimento sem nenhuma interrupção. A partir do final do século XIX, cerca de um quinto dos casamentos realizados tinha como noiva uma mulher de fora da freguesia.

Mas quem eram os indivíduos de fora que vinham casar na igreja de São Tiago de Ronfe? Seriam jornaleiros em busca de trabalho? Proprietários que procuravam um casamento conveniente para suas casas? Ou seriam tecelões e artesãos que pretendiam desempenhar as suas funções numa comunidade em constante crescimento, onde as atividades ligadas à fição e tecelagem ocupavam um lugar tradicionalmente importante?

São Tiago de Ronfe parecia atrair gente de todo tipo. Criados e criadas, jornaleiros e jornaleiras, lavradores e lavradeiras, pobres, proprietários e proprietárias, tecelões e tecedeiras, alfaiates, sapateiros, moleiros, barbeiros, enfim, uma gama de indivíduos pertencentes aos mais diversos grupos socioeconômicos. Vinham de freguesias vizinhas a Ronfe, do próprio concelho, ou do concelho contíguo de Vila Nova de Famalicão. Vinham também das freguesias da vila – e mais tarde cidade – de Guimarães.

Mas, por que se dirigiam para lá? Haveria oportunidades de trabalho? Onde elas estariam?

Tudo indica que as ocupações que apresentavam maiores possibilidades de absorção da mão-de-obra desses indivíduos que se deslocavam para São Tiago de Ronfe no final do século XIX estavam vinculadas às oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento da manufatura do algodão na freguesia, e foram reveladas pelo “Inquérito Industrial” publicado em 1891.

A evolução da situação desta freguesia coloca, então, diversas indagações referentes ao impacto que a conjuntura econômica favorável do último quartel do século XIX teria tido naquela região, não só na própria organização da família, mas também propiciando alterações em comportamentos tradicionais, que tinham raízes perdidas no tempo. Até então, e há muitos séculos, as limitadas condições da economia agrícola típica do Minho

⁶ Por outro lado, todas estas considerações deixaram de fora aqueles indivíduos que emigraram de vez, ou seja, que nunca mais retornaram à freguesia. Isto indica que as fontes selecionadas permitiram um relativo controle sobre os indivíduos que voltaram à paróquia para casar, mas os outros fogem totalmente das nossas informações. Sobre eles pudemos recolher apenas indícios esparsos, a partir dos quais é muito difícil entrever a magnitude do fenômeno da emigração de longa distância.

condenavam larga parcela da população masculina à emigração, enquanto uma considerável porção da população feminina via-se alijada do acesso ao casamento, devido a um mercado matrimonial restrito e desequilibrado. No final dos Oitocentos e início dos Novecentos a população se casava mais e mais cedo, e tinha menos filhos ilegítimos

Até onde as mudanças verificadas para São Tiago de Ronfe, a partir da segunda metade do século XIX, podem ser encontradas em outras freguesias do Concelho de Guimarães? Mais ainda: esta situação poderia ter se repetido nos concelhos vizinhos? A conjuntura econômica favorável teria repercussões semelhantes também nos níveis de emigração de outras freguesias e áreas do Baixo Minho? Alternativas locais teriam se imposto ao apelo tradicional que representava o “eldorado brasileiro” nas populações nortenhas?

Os caminhos percorridos em minha investigação maior (Scott, 1999) não permitem mais do que a exploração de algumas pistas recolhidas pontualmente, apoiadas principalmente na análise dos resultados de estudos de outros autores, e que no presente artigo foram redimensionadas. Lanço-as aqui, na expectativa de captar o interesse de outros investigadores que se sintam desafiados a contribuir para elucidar essas questões.

Um ponto de partida interessante é a análise efetuada por Teresa Sá Marques. A autora afirma que a indústria têxtil/vestuário está fortemente representada no vale do rio Ave, e que suas raízes históricas remontam a um artesanato ligado ao linho e à implantação da tecelagem do algodão, a partir de meados do século XIX. Foi sobretudo a partir de meados dos Oitocentos que o desenvolvimento industrial se fez sentir mais intensamente em Guimarães (Marques, 1988), dados que parecem corroborar as minhas hipóteses.

Entretanto, o que mais chamou a atenção nesse trabalho, e que dará

importantes subsídios à análise que pretendo fazer, foi o mapa que apresenta as freguesias do Concelho de Guimarães, nas quais predominavam as atividades têxteis, especificamente o fabrico dos tecidos de linho e de algodão para exportação (Marques, 1988, p. 58). Esta produção aparece concentrada numa zona muito específica do concelho, a região sudoeste. A “mancha” industrial registrada naquela zona em 1884 não seria muito diferente da que se registra na atualidade, segundo a mesma autora (Marques, 1988, p. 61).

Grosso modo, as freguesias que estariam incluídas nesta mancha industrial em 1884 seriam as seguintes: Brito, Caldas de Vizela, São Martinho de Candoso, São Tiago de Candoso, Conde, Creixomil, Fermentões, Gandarela, Gondar, Guardizela, Ínfias, Lordelo, Moreira de Cónegos, Moscotelos, Nespereira, Ronfe, São Cristovão de Selho, São Jorge de Selho, Serzedelo e Silvares.

Como vimos, no caso da freguesia de Ronfe, as condições econômicas favoráveis acabaram por levar a uma queda no número de habitantes que deixavam a freguesia em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho, não somente estimulando a permanência dos indivíduos naturais da freguesia, como também atraindo homens e mulheres de freguesias vizinhas para ocuparem-se nas atividades de fiação, tecelagem e tinturaria do algodão.

Foi possível verificar que as saídas diminuíram sensivelmente e que, mesmo com a crise econômica do final do século XIX⁷ (que seria um dos fatores que impeliriam a população a emigrar cada vez mais), a situação de Ronfe caminhava na contracorrente nacional. O efetivo populacional ausente, recolhido através dos róis da desobriga, apresenta-se em queda vertiginosa, especialmente a partir de meados dos Oitocentos. No último quartel do século XIX os índices de população ausente estabilizaram-se abaixo dos 5%, atingindo, pontualmente, menos que 2%.

⁷ Sobre a situação de Portugal na segunda metade do século XIX veja Fonseca (1993), Cascão (1992), Mendes (1996), Justino (1987 e 1988), Lains (1987 e 1995) e Reis (1986 e 1987).

TABELA 1
Distribuição da população total, efetiva e ausente (1800-1900)

Ano	Fogos N.º Abs.	População Total N.º Abs.	População Efetiva		População Ausente	
			N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
1800	239	826	730	88,4	96	11,6
1805	230	830	748	90,1	82	9,9
1810	239	862	753	87,4	109	12,7
1815	235	859	731	85,1	128	14,9
1820	232	867	729	84,1	138	15,9
1825	243	911	788	86,5	123	13,5
1829	239	882	756	85,7	126	14,3
1835	227	823	718	87,2	105	12,8
1839	234	783	734	93,7	49	6,3
1844	233	826	751	90,9	75	9,1
1852	250	836	744	89,0	92	11,0
1857	260	881	791	89,8	90	10,2
1860	247	862	774	89,8	88	10,2
1865	249	876	783	89,4	93	10,6
1870	240	825	756	91,6	69	8,4
1877	235	969	934	96,4	35	3,6
1880	245	986	976	99,0	10	1,0
1885	242	982	957	97,5	25	2,6
1890	266	1.185	1.151	97,1	34	2,9
1895	267	1.229	1.176	95,7	53	4,3
1900	285	1.254	1.231	98,2	23	1,8

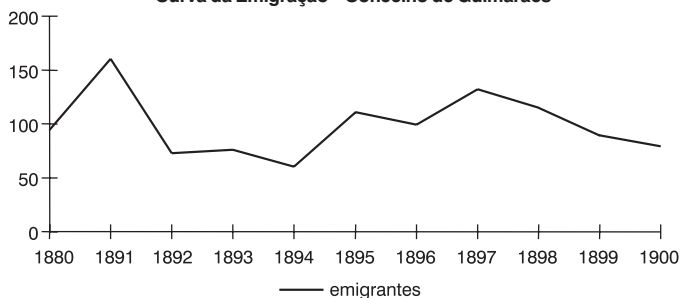
Fonte: Scott (1999).

QUADRO 1
Distribuição da Emigração Portuguesa (1870-1904)

Quinquênios	Emigração Portuguesa
1870-74	68.214
1875-79	60.669
1880-84	82.275
1885-89	90.308
1890-94	142.682
1895-99	134.138
1900-04	115.415

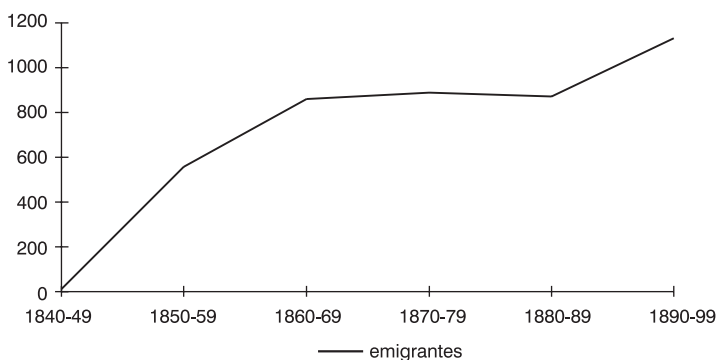
Fonte: Leite (1987, p. 474).

GRÁFICO 1
Curva da Emigração – Concelho de Guimarães



Fonte: Dados reelaborados a partir de Cunha (1997, *apud* Scott, 1999).

GRÁFICO 2
Curva da Emigração – Concelho de Fafe



Fonte: Dados reelaborados a partir de Monteiro (1996, *apud* Scott, 1999).

A testemunhar a crescente saída de efetivos populacionais do país como um todo temos os dados fornecidos por Leite (1987), apresentados no Quadro 1.

A questão que se coloca é tentar relativizar a situação de São Tiago de Ronfe quanto à mobilidade de sua população, principalmente na década final dos Oitocentos, tendo como referencial maior os indicadores obtidos para o Concelho de Guimarães no que diz respeito à emigração transoceânica. Os pedidos para obtenção de passaportes podem funcionar como um indicador de interesse.

A tendência para o Concelho de Guimarães parece não apontar para um aumento expressivo da emigração. Diante dessa situação, não me parece que analisarmos os resultados de Ronfe como uma “anomalia” seja tão adequado, como pareceria à primeira vista.

Diferentemente, o Concelho de Fafe (Monteiro, 1996) acompanhou o ritmo acelerado de crescimento da emigração portuguesa global para o Brasil, especialmente nas décadas finais do XIX, conforme sugerem os dados arrolados por Leite (1987).

A questão que me pareceu pertinente, especificamente para o Concelho de Guimarães, foi reunir as informações sobre o processo evolutivo da manufatura têxtil nas freguesias que o compunham e cruzá-

las com os pedidos de passaporte efetuados no Governo Civil de Braga e analisados por Cunha (1997). Seria a zona sudoeste do Concelho aquela na qual os pedidos de passaporte seriam menos numerosos, denotando assim que a conjuntura local evitaria a saída para outros destinos, nomeadamente o Brasil?

Analisemos, inicialmente, o quadro geral de pedidos de passaporte para o Concelho de Guimarães por naturalidade do solicitante (Tabela 2).

O arranjo dos dados em ordem decrescente do número de pedidos de passaportes entre 1890 e 1900 mostrou que os três primeiros lugares eram ocupados pelas freguesias urbanas de Guimarães (Oliveira, São Sebastião, São Paio), seguidas pelas freguesias de São Tomé de Caldelas e São Miguel de Creixomil (limítrofe à cidade de Guimarães).

As freguesias seguintes, São Torcato, São Miguel das Caldas de Vizela, São Martinho de Gondomar, São Lourenço de Sande e São João das Caldas de Vizela, segundo Cunha (1997), não parecem ter um elo comum: não pertencem a uma área específica do Concelho e possuem áreas e população muito diferenciadas. Entretanto, reuniram mais de 30 solicitações de passaporte em dez anos (1890-1900).

TABELA 2
Pedidos de passaportes, por naturalidade, para o Concelho de Guimarães

Freguesia	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total
Guimarães, N. S. Oliveira	6	8	7	3	1	8	13	17	9	10	7	89
Guimarães, S. Sebastião	7	20	7	2		8	3	16	7	4	4	78
Guimarães, S. Paio	4	7	6	7	5	7	4	5	6	4	7	62
Caldelas, S. Tomé	12	4	3	1	2	7	8	11	6	3	4	61
Creixomil, S. Miguel	1	13	2	5	8	9	5	3	7	1	6	60
S. Torcato	5	17	4		3	6	3	1	10	6	2	57
Caldas Vizela, S. Miguel		2	5	4			7	14	4	3	6	45
Gondomar, S. Martinho	1	7	2	5	6	7		2	4	3	7	44
Sande, S. Lourenço	1	2			2	4	3	4	6	10	1	33
Caldas Vizela, S. João	3	6	3	2	1	4	1	2	3	3	2	30
Sande, S. Clemente	7	4	1	5	3	1	2		1	3	3	30
Azurém, S. Pedro	6	3	2			3	3	2	2	3	3	27
Arosa, Sta. Marinha		1		3	1	2	2	4	1	2	2	18
Guimarães (cidade)	2	3	1	1		4	1		1	5		18
Longos, Sta. Cristina	1	2	5			4	1	2	2	1		18
Ponte, S. João		7	1	1	3	3		1		2		18
Sande, S. Martinho	2	4	1	2		1	2	1	2	1	2	18
Briteiros, Salvador		1		1	3		2	7	1	1	1	17
Briteiros, Sta. Leocádia		1	1	2				4	6		3	17
Moreira Conegos	2	3	1	4	1	1		3	1			16
Corvite, Sta. Maria		7	1	1		1		1	1	1	1	14
Lordelo, S. Tiago	3	2	2	3	2					1		13
Prazins, Sta. Eufémia	3	2	1		2	2	1				1	12
Brito, S. João Bapt.		1		5	1	1	1	1		1		11
Lobeira, S. Cosme	1	1			2		2	4	1			11
Castelões, S. João Bapt.		3		2	2		1		1	1		10
Urgeses, Sto. Estevão		1				2	3	1	2		1	10
Balazar, Salvador	3	1		1			1			2	1	9
Nespereira, Sta. Eulália			2	1		1			3	2		9
Rendufe, S. Romão	2	2			1	1	2	1				9
Abação, S. Tomé		2	1	1	2			1	1			8
Fermentões, Sta Eulália	2	1		1		2	1			1		8
Figueiredo, S. Pedro		1					1		5		1	8
Infias, Sta. Maria			2				3	2		1		8
Oleiros, S. Vicente	1		1	1	2	1	1		1			8
Ronfe, S. Tiago	1	1			1	1	1		1	3		8
Leitões, S. Martinho	1		1		1				1		3	7
Polvoreira, S. Pedro					1	1	2	2		1		7
Selho, S. Jorge	1	1		2		1				1	1	7
Serzedelo, Sta. Cristina	1					3	1				2	7
Souto, Salvador		1		1			1	1	3			7
Airão, S. João Bapt.				1			1	2	1		1	6
Costa, Sta. Marinha		2		1			1	1		1		6
Donim, Salvador	1	1	1	1		1		1				6
Gandarela, Salvador		1				3			1	1		6
Gominhães, S. Pedro	1	1		1		2	1					6
Mesão Frio, S. Romão		2					1	1	1	1		6
Tagilde, Salvador	1	1	1				1	1		1		6
Vizela, S. Paio		1	1			1	1	1		1		6
Barco, S. Cláudio	1	1					2				1	5
Gondar, S. João Bapt.	2			1		1		1				5
Abação (s/especif)							1	2			1	4
Guardizela, Sta. Maria				1	1	1				1		4
Infantas, Sta. Maria	1							2	1			4
Pentieiros, Sta. Eulália						1	1		2			4
Pinheiro, Salvador		1						1	1		1	4
Selho, S. Lourenço		1	1				1	1				4
Serzedo, S. Miguel	1				1	1				1		4
Souto, Sta. Maria							2	1	1			4

(continua)

(continuação)

Freguesia	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total
Taboadelo, S. Cipriano		2							2			4
Abação, S. Cristovão	1								1		1	3
Airão, Sta. Maria	2							1				3
Aldão, S. Mamede						1			2			3
Candoso, S. Martinho			3									3
Conde, S. Martinho	1				1		1					3
Gêmeos, Sta. Maria	1						1		1			3
Gonça, S. Miguel								1	1		1	3
Prazins, Sto. Tirso				1		1				1		3
Atães, Sta. Maria	1	1										2
Briteiros, S. Estevão					1			1				2
Caldas (s/especif)											2	2
Candoso, S. Tiago						1	1					2
Matamá, Sta. Maria			2									2
Paraíso, S. Miguel			1	1								2
Sande, Vila Nova	1	1										2
Vizela, S. Faustino				1		1						2
Airão (s/especif)						1						1
Briteiros (s/especif)		1										1
Calvos, S. Lourenço							1					1
Mascotelos, S. Vicente								1				1
Penselo, S. João Bapt.		1										1
Sande (s/especif)										1		1
Vermil, S. Mamede									1			1
Candoso (s/especif)												0
Prazins (s/especif)												0
Selho, S. Cristovão												0
Silvares, Sta. Maria												0
Souto (s/especif)												0
Vizela (s/especif)												0
Total	94	160	73	76	60	111	99	132	115	89	79	1088

Fonte: Cunha (1997, apud Scott, 1999).

Cunha defende que a análise ao nível local pode explicar a disparidade de solicitações de passaportes em cada uma das freguesias do Concelho⁸. Freguesias que não apresentariam condições especiais similares poderiam reunir, em determinados períodos, um número maior de emigrantes exatamente devido às teias que se estabeleciam entre os que partiam e os que ficavam. Deste modo, a variação encontrada no Concelho de Guimarães pode estar intimamente vinculada a situações específicas de grupos de familiares, de amigos e de vizinhos que, numa determinada contingência, poderiam inflacionar os

pedidos de passaportes, mercê das experiências particulares dos seus habitantes nos destinos, e do incentivo que poderiam dar aos que na terra permaneciam⁹.

São Tiago de Ronfe, por sua vez, ocupava um modesto vigésimo primeiro lugar entre as freguesias do Concelho que tinham registrado pedidos de passaporte dos seus habitantes em Braga. Apenas oito em dez anos (1890-1900). Três deles foram solicitados no mesmo ano de 1899; os restantes, um a um, nos anos de 1890, 1891, 1894, 1895 e 1898. Tudo indica que os naturais e residentes naquela paróquia não tinham vínculos particulares com emigrados

⁸ Em sua dissertação de Mestrado, a autora efetuou uma análise mais aprofundada da emigração familiar na freguesia de São João de Ponte (a mesma analisada por Salgado, 1996), onde, na década de 1890, instalou-se a Cia. de Fiação e Tecelagem de Guimarães, no lugar de Campelos. Embora tendo utilizado os róis de confessados, Cunha não relacionou a questão da população citada como ausente (se é que esta informação aparece discriminada da mesma forma como encontramos para os róis de Ronfe). Mostra, entretanto, o crescimento acelerado da população da freguesia e do número de fogos entre 1890 e 1914. Por outro lado, ela relacionou o número de emigrantes naturais de Ponte entre 1890 e 1914, 80 no total: 18 entre 1890 e 1900; 62 entre 1900 e 1914. As indicações sobre o número de emigrantes naturais de Ronfe, à semelhança do que ocorreu em Ponte, aumentaram entre 1900 e 1914. Esta constatação mereceria uma análise mais aprofundada.

⁹ Este foi também o modelo encontrado por Maria Ioannis Baganha (1990) ao analisar o caso dos Açores.

no Brasil. Acredito que nem haveria interesse em partir para um destino tão longínquo.

Parece-me que, de fato, as possibilidades oferecidas na freguesia, ao nível da oferta de trabalho, podem ter sido um forte estímulo para a permanência daqueles que lá estavam radicados, concorrendo ainda para a vinda de indivíduos de outras freguesias circunvizinhas.

Esse parece ser o mote explicativo da situação específica de São Tiago de Ronfe. Enquanto o país como um todo atravessava uma fase difícil, e mesmo a região minhota, de forma geral, apresentava taxas médias anuais de emigração crescentes, como as apresentadas pelo distrito de Braga – que cresceu de 3,1 por mil (1866-1871) para 4,4 entre 1896-98 –, o Concelho de Guimarães, e mais especificamente uma área dele (em torno do rio Ave), apresentava, no último quartel do século XIX, senão uma situação de euforia, ao menos uma conjuntura favorável marcada pelo incremento das atividades manufatureiras e industriais, ligadas principalmente à produção têxtil¹⁰. Vejam-se alguns dados apresentados por José Manuel Lopes Cordeiro (1995), que desde o início dos anos noventa vem estudando a região. O processo de industrialização na região teria sido iniciado a partir de meados do século XIX, sendo marcado pelo surgimento da primeira fábrica moderna, no ano de 1845¹¹.

A região do Ave, especialmente o Médio Ave (onde se enquadra São Tiago de Ronfe) e a bacia do mesmo rio, apresenta, hoje em dia, uma paisagem de áreas agrícolas fortemente industrializadas, correspondendo ao modelo de industrialização difusa e que está associado ao processo de industrialização que se assentou, em grande parte, na evolução de uma produção artesanal exercida domiciliarmente.

A produção do algodão, a partir de inícios da década de 1860, sofreu uma

reviravolta com o deflagrar da Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América. Analisando o caso específico da Sociedade de Fiação de Vizela, Cordeiro verificou que, com a conseqüente falta de algodão como matéria-prima, aquela fábrica soube aproveitar a oportunidade e iniciou um período de grande prosperidade, referido no Inquérito Industrial de 1881 (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1881). Cordeiro vai mais longe e acredita que, a fim de aproveitar a oportunidade que se lhe oferecia, a fábrica tenha dado início a uma situação de *putting out*, distribuindo o fio aos tecelões que trabalhavam em regime domiciliário e recolhendo posteriormente os tecidos que comercializava.

Este sistema tem profundas raízes e é a prova da persistência do “sistema antigo” na indústria de Guimarães, que marcava a situação do Concelho na época da Exposição Industrial de 1884, como demonstrou Cordeiro ao escrever as notas introdutórias da edição fac-similar (de 1991) do Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884, de autoria de Alberto Sampaio e Joaquim José Meira.

Ainda segundo Cordeiro, o relatório proporciona uma boa compreensão da realidade industrial do Concelho naquela época. O que ele retrata é, essencialmente, a persistência de uma estrutura industrial completamente desprovida de características modernas, ou seja, que ainda não utilizava a tecnologia então disponível, quer no que diz respeito aos processos de fabrico, quer no que concerne às opções energéticas destinadas ao acionamento das fábricas, quer, ainda, quanto ao sistema de organização que orientava o processo produtivo (Cordeiro, 1991, p. VII). Em outras palavras, para o autor, não se registra inovação alguma.

A expressão que talvez sirva com maior precisão é a que caracterizava o Concelho de Guimarães como “uma vasta oficina”,

¹⁰ Fato que não pode ser esquecido, e que foi mencionado em outra oportunidade, é a própria realização da Exposição Industrial de Guimarães, em 1884, que testemunha a importância que o setor vai atingindo a partir do final do século XIX. Por outro lado, a análise de Reis (1987) indica que, entre 1870 e 1914, a indústria portuguesa, em geral, conheceu um período de crescimento industrial sustentado, embora tivesse enfrentado alguns obstáculos.

¹¹ Esta fábrica é a Sociedade de Fiação de Vizela (Santo Tirso), que o autor tem estudado de forma sistemática (Cordeiro, 1993).

pois que, como os organizadores da exposição assinalam, a indústria encontrava-se “estabelecida geralmente em pequenas oficinas, e disseminada em muitas seções pelas freguesias rurais, com um trabalho quase todo manual [...] uma feição econômica de outros tempos” (Sampaio e Meira, 1991 [1884], p. 16).

Cordeiro endossa a posição expressa naquele relatório, confirmando que não havia teares mecânicos na indústria têxtil vimaranense em 1884, possuindo toda a produção um caráter manual (Cordeiro, 1991, p. VIII).

O peso do sistema de *putting out* também pode ser ressaltado a partir do relatório da Exposição de 1884, não só na indústria dos cotins e riscados de algodão, mas também na indústria de cutelarias, outro setor de produção importante no Concelho de Guimarães.

O que é de interesse nesta experiência relatada para a Sociedade de Fiação de Vizela é a prática de *um processo que lhe evitava o investimento de capital* na instalação de uma seção de tecelagem equipada com teares mecânicos. Como foi salientado anteriormente, não só na bacia do Ave, como no Médio Ave (Marques, 1988), a indústria de cotins e riscados, de algodão tingido, era, nesta época, uma indústria dispersa pelas freguesias rurais e exercida pelos tecelões na sua própria habitação, que terá no sistema de *putting out* a base de algumas modernas fábricas da região (Cordeiro, 1995, p. 59).

São Tiago de Ronfe, segundo o Relatório da Exposição Industrial de 1884, estava ligada ao fabrico de “cotins e riscados d’algodão tingido e de linho cru e tingido”. De acordo com o relatório, havia alguns teares dentro da cidade para o fabrico daqueles artigos, entretanto,

o maior número está disperso por muitas freguesias rurais e principalmente nas de Fermentões, Ronfe, Serzedello, Creixomil etc. Se exceptuarmos a Real Fabrica de Carreiros, propriedade dos Srs. Guimarães & Filho, que tem um número bastante considerável de teares e alguma outra menos importante, a tecelagem d’estes tecidos faz-se em teares dispersos pelas casas dos tecelões. (Sampaio e Meira, 1991 [1884], p. 50)

A freguesia de São Tiago de Ronfe também é expressamente citada numa segunda oportunidade, pelo desenvolvimento de uma atividade intimamente ligada à primeira: a tinturaria. Diziam seus autores:

Esta industria foi importada com a tecelagem dos cotins. Os primeiros tintureiros foram os fabricantes d’estes tecidos. Depois alguns abandonaram a tecelagem e ficaram sómente com aquella. Em todo o caso ainda hoje o que se tinge é o fio d’algodão destinado a cotins e riscados [...] Não ha mais que 4 officinas de tinturaria, estando a mais importante localisada na freguesia de Ronfe. (Sampaio e Meira, 1991 [1884], p. 77)

Para Marques (1988, p. 58), a existência em Guimarães de uma série de fatores positivos como, por exemplo, o fato de o concelho ser densamente povoado e oferecer mão-de-obra especializada, criará condições ótimas a esta indústria intensiva em mão-de-obra.

São Tiago de Ronfe reunia essas condições ótimas para o desenvolvimento de atividades ligadas à indústria têxtil no final do século XIX: freguesia densamente povoada e a existência de mão-de-obra especializada. Testemunho irrefutável disso é o Inquérito Industrial publicado em 1891, como veremos a seguir.

Não só. São Tiago de Ronfe parece também ter sido marcada pela mesma estratégia de produção referida por Marques e Cordeiro, o *putting out*, que evitava o investimento de capitais elevados para a instalação destas unidades produtivas. Mas, abordemos estas questões cada uma a seu tempo.

Os resultados publicados no Inquérito Industrial de 1891, na parte dedicada ao Concelho de Guimarães, apresentam dados que recuperam elementos da maior relevância. Os diferentes setores de atividade estão organizados de tal forma que é possível conhecer, para cada um deles, o capital fixo e circulante empregado, a duração do trabalho e o número médio de operários e aprendizes empregados por dia arrolados em cada estabelecimento existente no concelho (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891, p. 148-154).

Para o concelho todo foram discriminados os seguintes setores de atividade: albardas, alfaiataria, algodão (fiação e tecelagem), calçado (sapataria), calçado (tamancaria), caldeiraria, carpintaria, carruagens (carros e carroças), cerâmica (olaria), chapelaria, chapéus (de chuva e de sol), cola, colheres (de pau e palitos), confeitaria, construções (civis), correio, curtumes, cutelaria, encadernação, fogueteiro, funileiro, linho (fiação e tecelagem), marcenaria, ourivesaria, padaria, peneiros, pentes, pregaria, relojoaria, saboaria, serração de madeira, tanoaria, tinturaria e tipografia.

A fiação e tecelagem do linho, demonstrando a sua irreversível substituição pelo algodão, aparece em apenas oito pequenas indústrias, sendo quatro localizadas na freguesia de São Tiago de Lordelo. Entretanto, a principal, de Antônio da Costa Gomes & Cia., localizada na Estrada dos Castanheiros, ficava em Guimarães. Esta apresentava um capital fixo de 18:000\$000 e 12:000\$000 de capital circulante, empregando 61 operários¹².

Da infinidade de ramos arrolados, cabe destacar o predomínio incontestável, neste ano de 1891, das atividades de fiação e tecelagem do algodão, que reúnem 44 pequenas indústrias (termo utilizado na fonte) espalhadas pelo concelho. Estas unidades todas dispunham de um capital fixo de 26:099\$000 e um capital circulante de 87:638\$800. Contavam com uma mão-de-obra de quase 1.400 operários, sem incluir aí os aprendizes. De acordo com o montante de operários que empregavam, tais unidades estavam assim distribuídas:

QUADRO 2
Número de Operários e Unidades Produtivas Têxteis
no Concelho de Guimarães

Nº Operários	Unidades Fabris
00 – 10	09
11 – 20	20
21 – 40	08
41 – 99	02
100	05
Total	44

Fonte: Inquérito Industrial, 1891.

A grande maioria, ou seja, mais de 80%, reunia até 40 operários. Entre as que atingiram o máximo de 100 operários, cinco no total, três estavam localizadas em São Cristóvão de Cima do Selho, uma em São Jorge de Cima do Selho e a última em São Tiago de Ronfe.

De fato, Ronfe aparece muito bem colocada entre as freguesias do Concelho que se dedicavam à fiação e tecelagem do algodão. Das 44 pequenas indústrias ligadas a esta atividade, nove estavam situadas na freguesia (mais de 20%). Além da fiação e tecelagem que pertencia a Joaquim da Silva Martins, do lugar do Olival, que reunia 100 operários, temos mais outros 187 operários espalhados pelas outras oito unidades produtoras (o que também representa 20% do total de operários do setor reunidos naquela freguesia).

O peso da freguesia de Ronfe no total também pode ser analisado a partir do montante de capital que englobava: capital fixo de cerca de 4:400\$000; capital circulante perto dos 52:000\$000 – quase 17% do capital fixo de todo o concelho, e mais de 59% do capital circulante, como se observa no Inquérito Industrial de 1891 (p. 148-151). Parece ser uma situação que faria a freguesia desempenhar um papel atrativo, não só para os naturais de lá, por isso inibindo a saída de grandes contingentes de população, como também para indivíduos naturais das freguesias circunvizinhas, representando um possível pólo de atração.

Além disso, São Tiago de Ronfe tinha uma posição privilegiada no setor de tinturaria, que já havia sido mencionada por ocasião do Relatório da Exposição Industrial de 1884, no trecho acima transcrito. O Inquérito Industrial veio confirmar a manutenção desta importante atividade ligada à manufatura do algodão quando arrolou dois moradores de Ronfe como possuidores de pequenas indústrias de tinturaria, das três existentes em todo o concelho, que representavam, respectivamente, 4:000\$000 dos 4:500\$000 do capital

¹² Testemunho da importância desta fábrica é a percentagem que representa do total deste setor de atividades: o total de capital fixo para todas as fábricas de linho arroladas era de 22:505\$000; o de capital circulante, 13:978\$000, empregando 149 operários.

fixo total, e 55:000\$000 dos 60:300\$000 do capital circulante envolvido naquela produção (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1891, p. 154).

O contexto geral do Concelho de Guimarães no final do século XIX e o contexto específico da freguesia de São Tiago de Ronfe, quero crer, justificam plenamente esta marcha na contramão da tendência nacional, não só fixando a população lá nascida, mas também funcionando como pólo de atração ao nível do concelho. Parece que, neste caso, o peso da tradição minhota ligada à emigração perdeu para uma situação concreta que se apresentava.

Mas o alargamento desta análise para outras freguesias do Concelho, especialmente aquela região que corresponderia à mancha industrial sugerida por Marques, a partir do Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884, pode confirmar nossa hipótese de que as freguesias que mais se beneficiaram com o desenvolvimento da manufatura têxtil foram aquelas que menos emigrantes cederam para aventurarem-se na outra margem do Atlântico, em busca da miragem brasileira de enriquecimento rápido.

Apenas como ilustração, vemos que freguesias citadas no Relatório da Exposição Industrial de 1884, como a de São Jorge de Selho, São Cristovão de Selho e São Tiago de Lordelo, que tinham importante produção ligada à atividade têxtil do algodão e do linho, tiveram poucos habitantes naturais que entraram com pedidos de passaporte entre 1890 e 1900.

Lordelo, ligada à produção do linho (que estava em decadência ou estagnada), apresentou 13 pedidos de passaporte; indivíduos naturais de S. Jorge de Selho solicitaram apenas sete pedidos de passaporte e, no caso de São Cristovão de Selho, nenhum pedido de indivíduos naturais da freguesia foi registrado. Lembremos que em cada uma das duas últimas freguesias havia um dos cinco estabelecimentos de fição e tecelagem de algodão que reuniam mais de 100 operários existentes em todo o concelho.

Embora estes exemplos não possam fornecer uma base sólida para interpretações mais aprofundadas, os dados não deixam de ser sugestivos. Creio que seria necessário e oportuno um maior empenho dos estudiosos em abordar a microanálise como uma ferramenta extremamente útil não só para o estudo dos comportamentos demográficos das populações do passado, mas também como instrumento eficiente de análise para recolocar questões mais gerais, como a emigração e a industrialização, respaldadas por estudos de comunidade devidamente inseridos no seu contexto local e regional.

Neste sentido, as generalizações sobre a pesada emigração que marcaria, praticamente, todos os distritos portugueses no final do século XIX poderiam ser reexaminadas à luz de estudos monográficos contextualizados, e validariam as hipóteses aqui lançadas de que as alternativas locais poderiam, em alguns casos, fazer frente ao apelo para a emigração transoceânica no final do século XIX.

Referências bibliográficas

BAGANHA, Maria Ioannis B. **Portuguese emigration to the United States, 1820-1930**. Nova York/Londres: Garland Publishing Inc., 1990

CASCÃO, Rui. A crise económica e social dos finais do século XIX. **Revista Portuguesa de História**, vol. XXVII, p. 165-187, 1992.

_____. Demografia e sociedade. In: MATTOSO, J. (ed.). **História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. A persistência do "sistema antigo": a indústria em Guimarães na época da Exposição de 1884. In: MEIRA, J. J. e SAMPAIO, A. (eds.).

Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884. Porto: Tip. de Antonio José Teixeira. Reedição fac-símile de responsabilidade da Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991.

_____. **Indústria e energia na bacia do Ave (1845-1959).** Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1993.

_____. Indústria e paisagem na bacia do Ave. **Cadernos do Noroeste**, 8 (2), p. 47-68, 1995.

CUNHA, Carmen Alice Aguiar de Moraes Sarmiento. **Emigração familiar para o Brasil.** Concelho de Guimarães, 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica). Tese de Mestrado, Depto de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1997.

FONSECA, Fernando Taveira da. Flutuações e crises económicas. In: MATTOSO, J. (ed.). **História de Portugal.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

INGERSON, Alice E. Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no vale do Ave. **Análise Social**, vol. XVIII (72, 73, 74), p. 1.465-1.500, 1982.

JANEIRO, José Adriano Soares Guerra. **Gerações sacrificadas.** A população e a sociedade de São Tiago de Lordelo, séculos XVII a XX. Tese de Mestrado, Depto de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1997.

JUSTINO, David. A evolução do Produto Nacional Bruto em Portugal: 1850-1910 – algumas estimativas provisórias. **Análise Social**, vol. XXIII (97), p. 407-450, 1987.

_____. **A formação do espaço económico nacional.** Portugal, 1810-1913. 2 vols. Documenta Historica. Lisboa: Veja, 1988.

LAINS, Pedro. O protecçãoismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização “concorrencial”. **Análise Social**, vol. XXIII (97), p. 481-503, 1987.

_____. **A economia portuguesa no século XIX.** Crescimento económico e comércio externo (1851-1913). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

LEITE, Joaquim Costa. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). **Análise Social**, vol. XXIII (97), p. 463-480, 1987.

MARQUES, Teresa Sá. Sistema produtivo industrial e território. Um estudo da têxtil em Guimarães. **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**, vol. IV, p. 55-103, 1988.

MENDES, José Amado. Etapas e limites da industrialização. In: MATTOSO, J. (ed.), **História de Portugal.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. Portugal agrícola ou industrial? Contornos de uma polémica e suas repercussões no desenvolvimento (sécs. XIX-XX). **Revista de História das Idéias**, vol. 18, p. 187-230, 1996.

MINISTERIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. **Inquerito Industrial de 1881.** Inquerito Directo. Primeira Parte. Depoimentos e Segunda Parte. Visita às Fabricas. Livro Segundo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

_____. **Inquerito Industrial de 1891.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves. **Migrantes, emigrantes e “brasileiros”, 1834-1926.** Territórios, itinerários, trajectórias. Tese de Mestrado, Depto de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1996.

REIS, Jaime. A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice. **Análise Social**, vol. XXII (94), p. 903-928, 1986.

_____. A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. **Análise Social**, vol. XXIII (96), p. 207-227, 1987.

SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro. **Indústria têxtil e população no limiar do século XX.** O caso de São João de Ponte.

Trabalho apresentado ao II Congresso Histórico de Guimarães – D. Afonso Henriques e sua Época. Guimarães, 1996.

SAMPAIO, Alberto e MEIRA, Joaquim José de. **Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884**. Porto: Tip. de Antonio José da Silva Teixeira, 1884. Edição fac-símile de novembro de 1991.

SCHELLEKENS, Jona. Nuptiality during the first industrial revolution in England: explanations. **The Journal of**

Interdisciplinary History, vol. XXVII (4), p. 637-654, 1997.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português**. Guimarães: NEPS/Universidade do Minho, 1999 (Coleção Monografias, vol. 6).

TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço. O Liberalismo (1807-1890). In: MATTOSO, J. (ed.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Abstract

The article deals with questions related to emigration and industrialisation in Portugal during the last quarter of 19th century. Starting with the analysis of general theories about migration and industrialisation in Portugal, the paper examines a north-western community, trying to understand how the phenomena of industrialisation and migration act in a small parish. It is important to underline that while the country, as a whole, had its flux of emigration increased, the chosen community presented a tendency of decreasing exits. Explain how and why this situation has happened is the aim of the article.

Enviado para publicação em 29/05/2002.